**FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

CONSULTA PÚBLICA Nº 25/2017

| **Documento** | **Natureza da sugestão** | **Item** | **Proposta de alteração** | **Justificativa** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Pré-edital | Alteração | 2.2.4 | Os valores unitários dos pagamentos pela ocupação ou retenção de área na Fase de Exploração estão definidos na Tabela 2 deste Edital. Os valores referentes ao pagamento pela ocupação ou retenção de área, em reais por km², serão pagos e reajustados anualmente, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, pelo IGP-DI acumulado nos 12 meses antecedentes à data de cada reajuste, conforme previsto no art. 28 do Decreto n° 2.705/98. Tais valores serão acrescidos em 100% em caso de prorrogação da fase de exploração, exceto nos eventos decorrentes de caso fortuito, força maior e casos similares, quando aplicável, e para a etapa de desenvolvimento. Para a fase de produção, eles serão acrescidos em 900%. | A inclusão de exceção para os casos de força maior, caso fortuito e eventos similares devem ser previstos, uma vez que não devem penalizar o Concessionário por fato alheio à sua vontade. |
| Pré-edital | Alteração | 9.1.2 | Quando a licitante vencedora for um consórcio, as garantias apresentadas deverão ser acompanhadas de carta subscrita por todas as consorciadas, nos termos do ANEXO XXVI, expressando plena ciência do parágrafo 14.4 do Contrato de Concessão e de que as obrigações do programa exploratório mínimo são divisíveis, cabendo à cada consorciada, solidariamente, a obrigação de ressarcimento em caso de seu descumprimento. | O fato de haver solidariedade já traz segurança suficiente à ANP quanto ao cumprimento ou ressarcimento do PEM. A indivisibilidade trará uma duplicidade no atendimento a essa obrigação contratual. |
| Pré-Edital | Alteração | 11.3 | Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá impugnar o presente edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua publicação.  A impugnação será dirigida à CEL, que sobre ela se manifestará em até 2 (dois) dias úteis, encaminhando, em seguida, o pleito para decisão da Diretoria Colegiada da ANP. A impugnação deverá ser decidida antes da sessão pública de apresentação de ofertas e terá efeito suspensivo. Em caso de acolhimento da impugnação, o edital será republicado. | A alteração é necessária para que haja efeito suspensivo, garantindo a segurança jurídica aos potenciais participantes do processo.  A exclusão do último parágrafo é necessária porque, em casos de ilegalidade, o edital poderá ser impugnado a qualquer tempo. |
| Pré-edital | Alteração | Anexo XIV alínea d | d) Em todos os levantamentos e sob determinadas condições, permitir o abatimento de Unidades de Trabalho também para áreas exteriores não contratadas adjacentes à área concedida, mediante justificativa técnica. | Para o imageamento do bloco em sub superfície, em sua totalidade e com qualidade, é necessário uma área adicional fora dos limites do bloco, cujas dimensões dependem da profundidade e inclinação dos objetivos geológicos. |
| Pré-Edital | Alteração | Anexo XXIII 1 | 1. [Inserir o nome do Banco], constituído de acordo com as leis da [inserir o nome do país, segundo o exemplo: República Federaltiva do Brasil], o “Emitente”, vem por meio desta, emitir em favor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, uma Autarquia integrante da Administração Federal Indireta do Governo da República Federativa do Brasil, Carta de Crédito em Garantia de Caráter Irrevogável NO. [inserir o número da Carta de Crédito], através da qual o Emitente autoriza a ANP a sacar, em saque único, o Valor Nominal de R$ [inserir o Valor Nominal] , reajustado anualmente pelo IGP-M desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas, mediante a apresentação de uma Ordem de Pagamento e um Comprovante de Saque (definidos abaixo) no estabelecimento do Emitente mencionado na Cláusula 5 desta Carta de Crédito, durante o Período de Saque (conforme definido no item 4 abaixo). | A Lei do Plano Real (9.069/94) não permite reajuste com período menor do que um ano. |
| Pré-Edital | Alteração | Anexo XXV parte 1 - 3.3 alínea b | b) Garantia Requerida: é o valor mínimo que o concessionário deve empenhar à ANP para garantir a liquidação das obrigações decorrentes do valor total [ou equivalente a \_\_\_\_%] do PEM dos blocos listados no Anexo II do presente instrumento, que será reajustado anualmente pelo IGP-M desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas. | A Lei do Plano Real (9.069/94) não permite reajuste com período menor do que um ano. |
| Pré-Edital | Alteração | Anexo XXV parte 2 - 3.3 alínea b | b) Garantia Requerida: é o valor mínimo que a Contratada deve empenhar à ANP para garantir a liquidação das obrigações decorrentes do valor total [ou equivalente a \_\_\_\_%] do PEM dos blocos listados no Anexo II do presente instrumento, que será reajustado anualmente pelo IGP-M desde a data da sessão pública de apresentação de ofertas. | A Lei do Plano Real (9.069/94) não permite reajuste com período menor do que um ano. |
| Pré-Edital | Alteração | Anexo XXVI | As licitantes [inserir a denominação social das licitantes], representadas por seu(s) representante(s) credenciado(s), sob as penas previstas na legislação aplicável, declaram que têm plena ciência (i) do edital da 14ª Rodada de Licitações e seus anexos: (ii) da cláusula 14.4 do Contrato de Concessão e (iii) de que as obrigações do programa exploratório mínimo são divisíveis, cabendo ao consórcio a obrigação de ressarcimento em caso de seu descumprimento. | O fato de haver solidariedade já traz segurança suficiente à ANP quanto ao cumprimento ou ressarcimento do PEM. A indivisibilidade trará uma duplicidade no atendimento a essa obrigação contratual. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 1.2.7 | Cessão: transferência, total ou parcial, da titularidade de direitos e obrigações decorrentes do Contrato; a fusão, cisão e incorporação, quando a reorganização societária resultar em mudança do Contratado. | A mera modificação do Operador, sem a alteração das participações indivisas, não deveria ser considerada como Cessão. Desse modo, vislumbra-se a simplificação e desburocratização do processo (ex: necessidade de submissão ao CADE). |
| Minuta do Contrato de Concessão | Inclusão | 1.2.45 | Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação: despesas com atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação que tenham como objeto promover o desenvolvimento do setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, podendo incluir despesas que a critério da ANP possam contribuir para fomentar atividades nas fases de Exploração e Produção com informações que viabilizem o desenvolvimento do potencial dessas fases. | É interessante para as empresas e para a sociedade em geral que se possa ampliar o escopo de aplicação desses recursos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 3.2.3 | 3.2.3. Concluída a Fase de Exploração, o Concessionário somente poderá reter, como Área de Concessão, a(s) Área(s) de Desenvolvimento. | Manter a redação adotada anteriormente, uma vez que uma mesma Área de Concessão pode dar origem a mais de uma Área de Desenvolvimento. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 5.6.2 alínea a | a) o dado sísmico reprocessado deverá estar contido dentro da Área de Concessão, podendo, a critério da ANP, serem considerados dados reprocessados de áreas exteriores não contratadas adjacentes à área concedida, mediante justificativa técnica. | Para o imageamento do bloco em sub superfície, em sua totalidade e com qualidade, é necessário uma área adicional fora dos limites do bloco, cujas dimensões dependem da profundidade e inclinação dos objetivos geológicos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Inclusão | 8.5 alínea c | c) Caso em que haja possibilidade de extensão de Descoberta para além da Área sob Contrato. | Permitir que o Concessionário possa avaliar melhor a possibilidade de extensão da Descoberta, para a adequada delimitação da acumulação e verificação da necessidade ou não de um processo de Individualização da Produção. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 8.9 | Caso a ANP demonstre que está superado o motivo que importou a postergação de que tratam os parágrafos 8.4 e 8.5, notificará o Concessionário para apresentar, a seu critério, Declaração de Comercialidade no prazo de até 30 (trinta) dias. | Esclarecer que não basta o entendimento, mas que é preciso a demonstração fática dos critérios que possam ter levado a ANP a entender que os eventos não mais justificam a postergação da declaração de comercialidade. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 8.9.1 | 8.9.1. Caso decida apresentar Declaração de Comercialidade, o Concessionário deverá submeter um Plano de Desenvolvimento à aprovação da ANP no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da referida Declaração de Comercialidade, não se aplicando o disposto no parágrafo 10.1. | Adequação ao prazo estabelecido nos demais instrumentos normativos e contratuais desde as primeiras Concessões. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 9.5.3 | O Contrato será prorrogado pelo tempo adicional indicado pela ANP, limitado a 360 (trezentos e sessenta) dias. | Evitar situação irrazoável, dado que o concessionário poderia vir a ser obrigado a continuar com produção antieconômica. A sugestão limita o risco do concessionário e permite que a ANP adote medidas para a busca de um novo concessionário. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 10.7.1 | Caso a ANP não se pronuncie dentro desse prazo, o Plano de Desenvolvimento será considerado aprovado, não se afastando o poder/dever de a ANP demandar revisões técnicas sempre que necessário. | A nova redação visa a dar destaque à ocorrência de revisões de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 10.7.2 | Caso a ANP solicite modificações, o Concessionário deverá apresentá-las no prazo determinado pela ANP, não inferior a 60 (sessenta) dias, repetindo-se então o procedimento previsto neste parágrafo 10.7. | Definir um prazo razoável para que o Concessionário possa apresentar as modificações solicitadas. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 10.8 | Até que o Plano de Desenvolvimento seja aprovado, o Concessionário somente poderá realizar qualquer trabalho ou conduzir qualquer Operação na Área de Desenvolvimento mediante prévia aprovação da ANP. | Ajuste de redação, permitindo maior flexibilidade da ANP para autorização de atividades anteriormente à aprovação do Plano de Desenvolvimento. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 11.1.3 |  | O comissionamento ocorre com a produção iniciada e é necessário para a conclusão da instalação dos sistemas de aproveitamento ou reinjeção de Gás Natural. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 11.2.1 | Eventual variação igual ou superior a 10% (dez por cento) deverá ser tecnicamente fundamentada, exceto nos casos em que decorrer de caso fortuito, força maior ou causas similares a serem avaliados pela ANP. | Esclarecimento de que as alterações devem ser fundamentadas com base em dados técnicos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 11.6 | O Concessionário estará obrigado a cumprir o Programa Anual de Produção com as modificações eventualmente determinadas pela ANP aplicando-se a estas modificações o procedimento previsto no parágrafo 11.5. | Entendemos importante que se mantenha o procedimento de o concessionário levar à ANP as razões que eventualmente possa ter quanto às solicitações da ANP. Eliminar esta etapa é prejudicial ao diálogo técnico a respeito do PAP. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 12.7 | Os dados, informações e resultados oriundos dos testes de formação, Testes de Longa Duração ou Sistemas de Produção Antecipada durante a execução das Operações deste Contrato deverão ser enviados à ANP imediatamente após a sua obtenção, conclusão ou conforme prazo definido na Legislação Aplicável. | Modelos e interpretações são parte do conhecimento das empresas, constituem segredo de negócio e não deveriam ser enviados a qualquer entidade externa, incluindo o Órgão Regulador. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 14.3.1 |  | A solidariedade tem efeito única e exclusivamente na ordem econômica das partes, ou seja, se uma das partes solidária não adimple, a única coisa que repercute para o patrimônio das demais são as penalidades financeiras. A solidariedade não alcança as soluções técnicas ou mesmo a obrigação de os envolvidos virem a oferecer a resposta para a ANP. Caso a ANP tenha querido dar o significado de que os membros do consórcio devem atender à solicitação da ANP, parece que essa cláusula destoa do sistema usual que se tem praticado quanto a operação, já que o operador recebe dos demais o mandato para em nome deles falar perante a ANP. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 14.24 | Operações fora dos limites da Área de Concessão não serão consideradas para efeito de abatimento do Programa Exploratório Mínimo, exceto em casos autorizados pela ANP, como o levantamento de dados sísmicos em áreas adjacentes. | Para o imageamento do bloco em sub superfície, em sua totalidade e com qualidade, é necessário uma área adicional fora dos limites do bloco, cujas dimensões depende da profundidade e inclinação dos objetivos geológicos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 17.1.1 | O Concessionário enviará à ANP, na forma por esta determinada, cópias de mapas, seções, perfis, estudos, outros dados e informações geológicas, geoquímicas e geofísicas, inclusive dados de poços, obtidos de testes, além de relatórios ou quaisquer outros documentos definidos em regulamentação específica e obtidos como resultado das Operações e deste Contrato que contenham informações necessárias para a caracterização do progresso dos trabalhos e do conhecimento geológico da Área de Concessão. | Modelos e interpretações são parte do conhecimento das empresas, constituem segredo de negócio e não deveriam ser enviados a qualquer entidade externa, incluindo o Órgão Regulador. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 17.1.2 | Nos termos do art. 22 da Lei nº 9.478/1997, o acervo técnico constituído pelos dados e informações sobre as bacias sedimentares brasileiras é parte integrante dos recursos petrolíferos nacionais, devendo tais dados e informações, inclusive os referentes à geofísica e geoquímica da Área de Concessão, ser entregues pelo Concessionário à ANP. | Modelos e interpretações são parte do conhecimento das empresas, constituem segredo de negócio e não deveriam ser enviados a qualquer entidade externa, incluindo o Órgão Regulador. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 20.1 | O Concessionário deverá cumprir os seguintes percentuais mínimos obrigatórios de Conteúdo Local Global para os investimentos realizados: | Esclarecer que os compromissos de Conteúdo Local se aplicam aos investimentos realizados. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 20.3.1 | A contratação de bens e serviços fornecidos por Afiliadas está igualmente sujeita às especificações desta Cláusula Vigésima, exceto nos casos de serviços que, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, sejam habitualmente realizados por Afiliadas. | Os direitos conferidos pela Cláusula se tornam inócuos com o texto proposto pela ANP. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 20.6 | Para a determinação do Conteúdo Local, os valores monetários correspondentes às contratações de bens e serviços serão os valores nominais dos Relatórios de Conteúdo Local ou documentos comprobatórios. | Manter a coerência com as previsões relativas ao abatimento da Participação Especial, onde o custo exploratório do Concessionário não é atualizado monetariamente. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 20.8 alínea a | a) o decurso de 5 (cinco) anos após a Extração do Primeiro Óleo; | Adequação com demais prazos do Contrato. Esse prazo já foi adotado em outras rodadas pela ANP. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 20.9 |  | A Cláusula é inócua, uma vez que a base de apuração da execução dos compromissos de Conteúdo Local é o montante dos investimentos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 20.11.1 |  | Manter a coerência com as previsões relativas ao abatimento da Participação Especial, onde o custo exploratório do Concessionário não é atualizado monetariamente. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 22.1.1 alínea f |  | A contratação de um seguro que tenha abrangência para cobrir quaisquer danos ao patrimônio da União é inviável. Além disso, a obrigação determinada, em sentido literal, está além do razoável, sem a devida limitação de abrangência. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 24.2 | De 25% (vinte e cinco por cento) até 40% (quarenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser investidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento junto a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento nacionais credenciados pela ANP. | Propomos a alteração do percentual mínimo de investimento dos recursos previstos no parágrafo 24.1 para 25% de forma a prover maior flexibilidade às empresas petrolíferas na maximização dos resultados oriundos do investimento em P,D&I e na sua aplicação otimizada. Há que se destacar que o investimento em P,D&I externo tem se mostrado desafiador nos últimos anos devido à limitada capacidade de absorção das Universidades e Institutos de Pesquisa, associada ao crescente aumento da obrigação. Adicionalmente, é importante pontuar que o investimento em P,D&I interno incentiva a criação de centros de pesquisa das empresas petrolíferas no Brasil, gerando transferência de conhecimento, empregos de alto nível e pesquisa direcionada, a qual agrega valor de forma mais imediata à cadeia de produção de óleo e gás.  Para corroborar com a afirmação anterior de que definições de porcentagens mínimas arbitrárias geram riscos, propomos um texto para mitigá-los, visando a oferecer alternativas ao Concessionário para cumprimento de sua obrigação.  A segunda alteração visa especificar os tipos de investimento a serem executados na categoria definida, alinhando o texto ao objetivo do Regulamento 3/2015. Tendo em vista que o novo Regulamento de P&D da ANP 3/2015 incluiu a Inovação como objetivo dos resultados dos investimentos da cláusula, a divisão da alocação dos investimentos entre instituições credenciadas e empresas, conforme apresentado, não colabora com tal objetivo, dado que a inovação tecnológica comprovadamente ocorre nas empresas (Cruz, 2003 http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/1765.pdf).  A necessidade de se promover a mobilidade do talento e a transferência de conhecimento do mundo acadêmico para o empresarial é por si só um incentivo natural e suficiente ao envolvimento tanto da academia quanto das empresas nestes projetos, sem que seja necessária uma intervenção da ANP para determinar a alocação de um percentual mínimo de investimento em um ou outro ator. O modelo existente, que privilegia o investimento mandatório em instituições credenciadas, não se demonstrou eficiente para a promoção da inovação e do desenvolvimento da indústria local.  Adicionalmente, a presente sugestão justifica-se pela impossibilidade de cumprimento da obrigação prevista no modelo atual, tendo em vista que, conforme explicado anteriormente, as instituições credenciadas pela ANP podem receber os investimentos em P,D&I disciplinados por este regulamento até um limite máximo além do qual não terão recursos humanos ou materiais para conduzir novas pesquisas. É preciso, portanto, ampliar o leque e flexibilizar as instituições aptas a receber investimentos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 24.4 | O saldo remanescente das Despesas Qualificadas como Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, após observância dos parágrafos 24.2 e 24.3, poderá ser investido em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação realizadas em instalações do próprio Concessionário ou de suas Afiliadas, localizadas no Brasil, ou em Empresas Brasileiras, ou em universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP. | Para ser manter a coerência e alinhamento com as redações dos contratos de concessão da 11ª e 12ª Rodadas de Licitações, como também conforme o Contrato de Partilha relativo à 1ª Rodada de Licitações do Pré-Sal, onde se prevê que o remanescente dos recursos é exclusivo para ser despendido nas instalações dos concessionários ou suas afiliadas no país ou em sociedades empresariais da indústria do petróleo, independentes destas atividades estarem relacionadas às operações deste contrato. Além disso, alteração sugerida para não limitar os investimentos em empresas do setor, pois a inovação pode ser gerada através da interação com empresas de outros setores produtivos. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 27.2.5 |  | Já está considerado na alínea a da Cláusula 27.1 e na Cláusula 27.2.3. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 27.2.3 | A ANP terá amplo acesso aos documentos, livros, registros e outros documentos, referidos no parágrafo 27.1, inclusive aos contratos e acordos firmados pelo Concessionário e relacionados com a aquisição de bens e serviços para as Operações, relativos aos últimos cinco anos. | Compatibilizar os prazos à prescrição definida na Legislação Aplicável. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 28.11 |  | A Cláusula conflita com a Cláusula 30.4, especialmente a alínea a e o item 30.4.2.  Adicionalmente, a inclusão dessas restrições limita o desenvolvimento do mercado por impedir a realização de cessões. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 30.1 alínea f |  | A extinção do Contrato pela reprovação do PD gera grande insegurança jurídica, uma vez que a aprovação ou reprovação do PD é discricionariedade da ANP, mesmo que motivada por questões técnicas. Desse modo, a ANP fica com o controle total da vigência do Contrato. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 30.1 alínea g | g) total ou parcialmente, pela recusa dos Concessionários em firmar o acordo de individualização da produção, após decisão da ANP; ou | Adequação da redação às definições contidas neste Contrato. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Inclusão | 30.4.4 | Esta Cláusula 30.4 não se aplica para os casos de inadimplemento em que há indenização em forma de multa ou execução de garantia. | A compensação pecuniária já garante a satisfação do interesse público. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Alteração | 34.5 | Após o procedimento previsto no parágrafo 34.2, caso uma das Partes considere que inexistem condições para uma solução amigável de disputa ou controvérsia a que se refere tal parágrafo, poderá submeter tal questão a arbitragem institucional, utilizando como parâmetro as regras estabelecidas no Regulamento de Arbitragem (Arbitration Rules) da CCI (Câmara de Comércio Internacional) e em consonância com os seguintes preceitos: | O modelo adotado pela ANP é incipiente para que uma arbitragem possa funcionar. Isso porque as arbitragens ad hoc (sem que haja uma instituição que a administre) dependem da diligência das partes para que possa tramitar regularmente. Sem isso, a arbitragem não funciona. Além disso, entendemos que o momento de litígio não será o melhor momento para que se verifique se as partes estão, ou não, comprometidas com a arbitragem.  O fato de a cláusula (v. 34.5, “a”) indicar que haverá a administração de uma câmara não atende, já que somente diante da controvérsia é que as partes negociarão a instituição de administração. Novamente, parece-nos pouco racional que nesse momento é que se discuta a regra, fato que impactará sobremaneira a realização de uma arbitragem.  Entendemos que os Blocos em licitação pela ANP seriam melhor avaliados caso a cláusula compromissória fosse realmente útil. Portanto, sugerimos que se adote uma câmara respeitada, assim como o procedimento a ela respectivo, como já se fez em outros contratos, com a CCI. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 34.5 alínea a |  | A alínea b já contempla o método de seleção dos árbitros. |
| Minuta do Contrato de Concessão | Exclusão | 34.6 |  | O momento da controvérsia não é adequado para se decidir de que forma a mesma será solucionada. |